



Pela primeira vez a cimeira dos «cinco» vai realizar-se com a presença de «Nino» Vieira como Chefe do Estado da Guiné-Bissau

«CINCO» REFORÇAM A COOPERAÇÃO

CIMEIRA EM CABO VERDE

Quando, a 14 de Novembro de 1980, foi derrubado o governo de Luís Cabral os amigos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, admitiram a possibilidade de que a cooperação entre estes países, estaria definitivamente condenada.

Com efeito, a permanência de um contencioso que não admitia o diálogo entre Praia e Bissau, parecia comprometer a viabilidade de uma cooperação conjunta dos cinco países.

Pode-se, por isso, afirmar que foi a reconciliação em Maputo que abriu as condições fundamentais para que seja possível dar continuidade aos esforços que, decorrente de uma luta armada com objectivos comuns, tinha feito com que os «cinco» viessem, desde 1978, a desenvolver esforços para uma cooperação de tipo novo.

Mais uma vez, «o que nos une» superava eventuais divergências e os nossos povos podem, de novo, continuar a caminhada a que se propuseram...

O encontro em Maputo e as conseqüentes decisões tomadas entre Bissau e Praia no sentido da resolução do seu contencioso, deverão ser naturalmente aspecto a abordar na cimeira que, na capital Cabo-Verdiana, vai reunir pela terceira vez, os Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé.

Mas, se os acontecimentos do 14 de Novembro provocaram uma impossibilidade de diálogo que se arrastou durante ano e meio, entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, nenhum dos países pôs em causa as decisões anteriormente tomadas conjuntamente pelos cinco estados recém-independentes.

Assim, o balanço da cooperação bilateral e multilateral, as formas de implementar o que já foi decidido e novas medidas para o futuro estarão seguramente dentro das preocupações dos Chefes de Estado.

PEQUENA HISTÓRIA DA DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO

A definição do tipo de cooperação a estabelecer entre os cinco países após a sua Independência, não foi tarefa fácil.

Uma primeira ideia, que parecia natural nos anos 1975/76 é que a tarefa dos «cinco» seria a de dar simples continuidade à CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), organização destinada a coordenar a luta contra o ocupante colonial. A determinada altura, esse conceito parece ter sido viabilizado numa reunião ministerial realizada em São Tomé, ainda em 1975, na qual a FRETILIN esteve presente. Não estando em causa o apoio consequente que sempre foi dado à libertação de Timor-Leste e à FRETILIN, os «cinco» tiveram, contudo, de optar por formas de relacionamento que estivessem de acordo com a nova realidade.

Assim, os «cinco» vieram a considerar que a CONCP tinha concluído vitoriosamente a sua tarefa e que era necessário definir novas frentes de luta dada a identidade de pontos de vista expressos nas novas opções feitas pelos Partidos que lideraram a luta pela Independência.

Uma outra concepção que parecia ter condições de vingar vinha expressa na denominação, bastante difundida pelos órgãos de informação internacionais, dos cinco países como «ex-colónias portuguesas». Na verdade, esta denominação subentendia que os «cinco» poderiam vir a perspectivar um novo bloco africano (este chamado «lusófono») à semelhança do criado pelos países que outrora haviam sido colonizados pela França ou pela Inglaterra, com todas as implicações neocoloniais que isso comportava.

Não se tratava também, de criar um bloco, «apadrinhado» por um País Europeu muito embora qualquer dos «cinco» tivessem dado mostras de estarem, cada um «de per si» interessados na cooperação com Portugal.

Os primeiros encontros dos «cinco» tiveram mais a ver com a demarcação em relação a estes dois conceitos errados, de que com a definição, mais exaustiva e especificada, do que iria ser o futuro. Porém, desde logo se manifestou a vontade de estabelecer a cooperação partindo da identidade da luta anti-imperialista e da

situação económica similar legada pela potência colonial.

Entretanto, Angola estava em plena segunda guerra de libertação e os «cinco» não poderiam deixar de se manifestarem no plano internacional e no apoio concreto internacionalista ao País irmão. É assim que, dois dias antes da Independência angolana, os cinco países reúnem-se em Maputo e manifestam a sua solidariedade pela luta do Povo angolano, condenando a invasão e discutindo formas concretas de apoio.

MINDELO: AS BASES DA COOPERAÇÃO

Havendo uma dificuldade objectiva a resolver na cooperação e que era o da distância objectiva que separa os cinco países, nada melhor do que começar por um sector que iria ser chave e de cuja resolução dependia tudo o resto: Os transportes e as comunicações.

Deste modo, e após um certo período de contactos, visitas presidenciais entre os cinco países e, principalmente, de definição dos caminhos que cada País em particular se propunha a trilhar, realizou-se em Cabo Verde, a reunião dos Ministros dos Transportes e Comunicações.

Precedida de uma reunião de técnicos especialistas, a Conferência realiza-se de 30 de Março a 5 de Julho e dela, como diria o seu porta-voz, José Luís Cabaço, viria a «nascer o quadro geral da filosofia da cooperação».

A Conferência viria a tomar

uma série de decisões concretas e importantes. Assim, sobre os técnicos estrangeiros, ela decidiu eliminar a concorrência do aliciamento e a troca de informações de modo a que um técnico expulso ou dispensado por um dos Países, fosse referenciado em qualquer dos outros de maneira a evitar a repetição de erros de contratação.

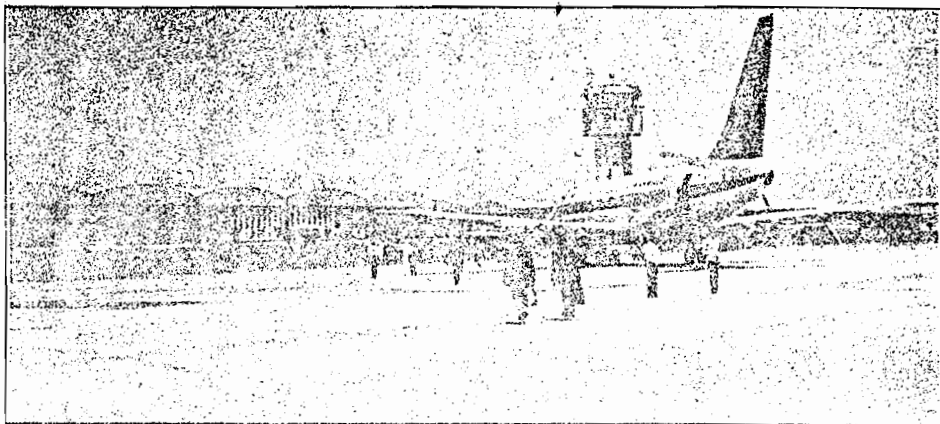
Ela decidiu também a validade de cartas de condução de um País em qualquer dos outros e, na medida do possível, a criação de ligações directas no campo das telecomunicações, necessidade de estudo da política tarifária, privilégio das tarifas a estabelecer nas viagens entre os Países, coordenação das posições em reuniões internacionais de Filatelia, etc.

Mas as duas mais importantes decisões foram a criação da Comissão de Estudo e Desenvolvimento da Aviação Civil e da Comissão de Estudos Rodoviários.

O TRABALHO DA CER E DA CEDAC

São estas duas comissões que irão desenvolver inúmeras actividades durante o ano de 1978.

Nos princípios de Julho, Luanda é palco da primeira reunião da Comissão de Estudos Rodoviários. Os documentos produzidos pelo encontro indicam que mais do que discutir cooperação rodoviária (dada a distância entre os países), o encontro destinou-se a uma ampla troca de informações, concepções e sistemas relacionados com os



Foi a cooperação no domínio dos transportes que criou as condições para a criação de uma nova concepção nas relações económicas entre os «cinco»

transportes rodoviários. Notícias da altura indicam terem sido discutidos «problemas da organização, importação e distribuição racional dos transportes».

Dois dias depois, em Maputo, os Ministros dos Transportes e Comunicações dos cinco Países, levam a cabo a primeira sessão da CEDAC que define a necessidade de se estabelecerem a curto prazo, as ligações aéreas entre os países membros. Porém, José Luís Cabaço (na altura o responsável da respectiva pasta) chama a atenção para o perigo das decisões precipitadas. Numa reunião das delegações com os trabalhadores da aviação civil, ele diz: «As questões relacionadas com a aviação civil têm o perigo de se avançar demais com soluções não realistas. Vontade de voar não nos falta, mas temos de ver as condições que temos.»

Seguem-se uma série de encontros em todos os Países que culminam com uma reunião em Bissau (sede da CEDAC) cuja principal decisão é a de os cinco países «rejeitarem o estabelecimento de um sistema de livre concorrência nas ligações aéreas entre si, dadas as desproporções das capacidades que cada um dispõe».

Em Outubro, realiza-se em Maputo, nova reunião da CER onde se é informado que os governos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe já promulgaram legislação reconhecendo as cartas de condução emitidas em cada um dos países. A reunião salienta também a necessidade de se introduzirem algumas inovações no sector de viação.

UMA NOVA FRENTE

Entretanto, uma nova frente na cooperação vai ser aberta com a realização do Primeiro Encontro dos Ministros da Justiça em Luanda com o objectivo de trocarem experiências com vista à edificação da Justiça Popular. A respeito deste tema, o comunicado final diz que os Estados acordam em edificar os seus respectivos sistemas judiciários assentando

entre outros nos seguintes princípios: A justiça deve ser defensora dos interesses das massas populares e estas devem participar na sua administração.

Sobre a questão da compreensão das leis pelo povo, o encontro recomendou que «os projectos de leis, designadamente os de maior incidência na vida do povo e nas questões fundamentais do Estado, devem ser previamente discutidos pelas massas populares». O encontro debruçou-se também sobre o combate à criminalidade, Aspectos práticos dos Registos, Notariado, Identificação e Execução dos Actos Judiciais («constata-se a necessidade de simplificar...») e ainda os temas seguintes: O Direito Escrito, O Direito Costu-

Assim, nos princípios de Junho, realiza-se em Luanda uma reunião ministerial que prepara a primeira dos Chefes de Estado.

É esta cimeira, realizada no mesmo mês, que vai aprofundar o conceito, já delineado, para a cooperação entre os «cinco». Com efeito, o comunicado final diz que «os Chefes de Estado reafirmaram a vontade comum do desenvolvimento da cooperação entre os 5 Estados que desejam agir concertadamente para pôr em prática uma estratégia conducente à libertação e desenvolvimento económico e social dos seus países».

A cimeira vai ainda materializar este conceito e romper definitivamente com qualquer ambiguidade que ainda pudesse existir sobre a



«Tal como antigamente unimos os nossos esforços para vencer planificada e organizadamente o colonialismo, hoje devemos unir os nossos esforços para vencer o atraso económico dos nossos países» — disse o Presidente da República Popular de Moçambique Samora Machel na cimeira dos «cinco» em Maputo. Na foto uma reunião, realizada em 1973, na qual em Reggio Emilia, Itália, participaram a FRELIMO, o PAIGC e o MPLA

meiro e a formação de um novo direito: Os problemas derivados da vigência transitória da legislação anterior à proclamação da Independência.

AS CIMEIRAS

É toda esta série de encontros que vai criar as condições práticas para que se comece a viabilizar a cooperação económica entre os cinco países africanos.

E a prática já acumulada desta cooperação em sectores vitais como os Transportes e Comunicações, é que vai fazer surgir a necessidade de um encontro ao mais alto nível.

chamada «comunidade africana lusófona» ao referir que «proclamou a vontade de alargar a cooperação a todos os Estados igualmente interessados nos objectivos antiimperialistas desta acção».

Ela faz também o balanço do trabalho realizado e salienta a necessidade de «desenvolver as trocas comerciais» para o que é fundamental «cooperar ao nível dos transportes».

No ano seguinte, nos finais de Março e de acordo com as decisões de Luanda, realiza-se a segunda cimeira, desta feita em Maputo.

Ela é igualmente precedida de uma reunião ministerial cuja pri-

meira parte se realiza na capital angolana e a segunda na capital do nosso País

Nos encontros preparativos são formadas três comissões, chefiadas por ministros, para os sectores dos Transportes, Comércio Externo e Seguros. No seu discurso de abertura o Presidente Samora Machel presta homenagem à memória de Agostinho Neto (que falecera pouco tempo antes) e aprofunda ainda mais o conceito da cooperação já definido claramente na anterior cimeira. O Presidente Samora Machel fala de uma acção «coordenada e planificada para libertarmos os nossos Países do atraso económico em que se encontram» mas salienta que «não se deve ignorar as especificidades e as distâncias que nos separam no espaço». O Chefe

do Estado moçambicano adianta uma nova área para a cooperação: A da formação de quadros.

O comunicado final da cimeira revela ter sido assinado um Acor- do Geral de Cooperação Econó- mica» e que foram «analisadas as possibilidades de cooperação nos domínios da Educação e Cultura, Informação, Justiça, Desporto, Saúde e outros».

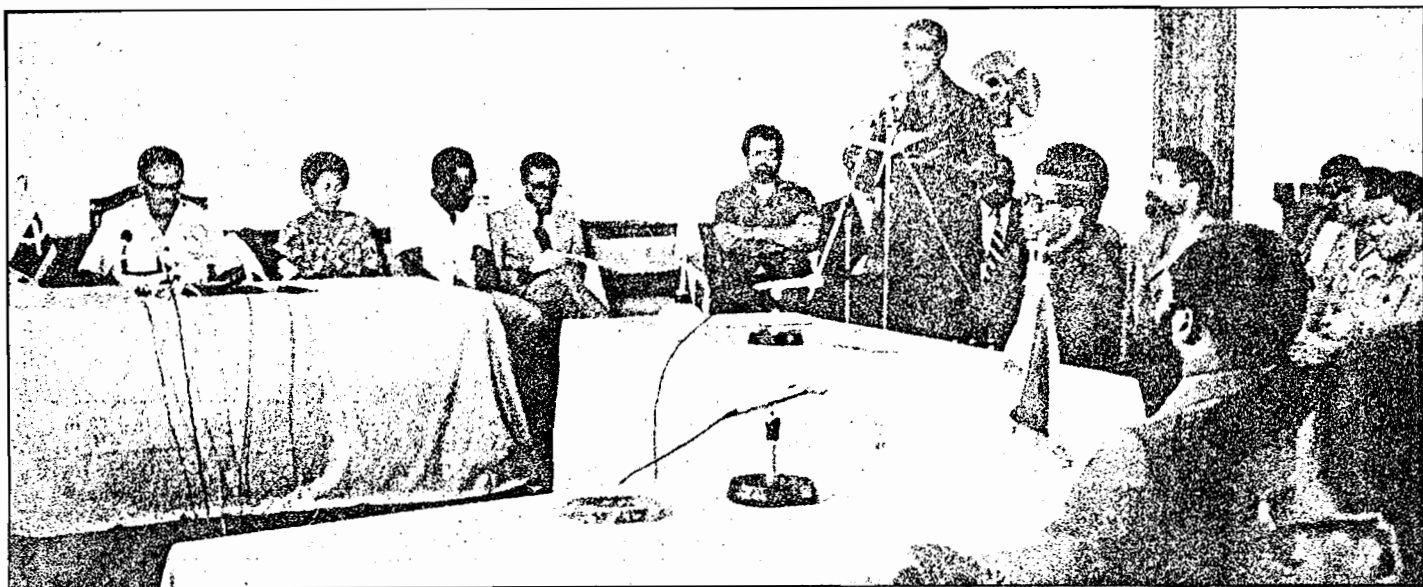
Tal como em Luanda, os Che- fes de Estado analisam a situação internacional onde defendem as posições face aos problemas afri- canos que têm vindo a ser toma- das pelos «cinco» nos diferentes foruns internacionais, nomeada- mente a OUA.

O encontro decide que a pró- xima cimeira se deveria realizar em Bissau com «o objectivo de analisar o estado de implementa- ção dos acordos estabelecidos».

VIRAGEM NA GUINÉ

A reunião não se chega a reali- zar. A 14 de Novembro, um gol- pe de Estado derruba Luís Cabral que é substituído por um Conse- lho da Revolução liderado por «Nino» Vieira. Cabo Verde reage ao golpe e a rotura estabelece-se, ficando assim coartada a possibi- lidade de se continuarem a desen- volver as relações entre os cinco países sem que o delicado proble- ma fosse prioritariamente resol- vido.

Em Dezembro e com a ausên- cia da Guiné-Bissau, os Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Prin- cipe reúnem-se para analisar a questão decorrente de uma rotu- ra no PAIGC que já se previa ine- vitável.



A cimeira de Luanda reafirmou que os cinco países desejam alargar a co- operação a outros estados que estejam interessados nos objectivos anti-impe- rialistas desta acção

A ausência dos guineenses deixava prever uma condenação a toda a linha do 14 de Novembro tanto mais que nenhum dos Partidos se identifica com a metodologia utilizada para a resolução dos conflitos internos.

Foi pois necessário dar provas de grande presença de espírito e de não cair na jogada divisionista de certos círculos, que levou a Cimeira de Luanda a criticar o golpe («atentou contra o prestígio das lutas de libertação dos nossos povos») mas a manter a necessária distanciação reafirmando a «não ingerência nos assuntos internos da Guiné-Bissau». A reunião envia uma delegação de ministros dos Negócios Estrangeiros aos dois Países para «informação das decisões tomadas».

Posteriormente, Cabo Verde funda o PAICV e a realiza-se o Congresso Extraordinário do PAIGC, actos que consumaram a rotura.

Porém, a diplomacia moçambicana encetava já os passos necessários à criação de um clima de entendimento necessário à resolução do contencioso entre os dois países.

Após uma série de contactos a reconciliação vem a realizar-se este ano, em Maputo, conforme foi amplamente noticiado.

Na sequência da vontade expressa em Maputo, duas delegações reuniram-se em Julho, na capital guineense tendo tomado uma série de decisões a respeito dos problemas técnicos que subsistiam no contencioso.

Foi a reconciliação de que Maputo foi palco que permitiu abrir as condições para que a cooperação entre os «cinco» retome o seu rumo normal.

AGORA, CABO VERDE...

Tudo indica que a agenda prevista para a cimeira de Bissau (fazer o balanço da cooperação) venha a ser transferida para este encontro ao qual, como dissemos, não deverá estar ausente a discussão sobre os passos da reconciliação entre Cabo Verde e a Guiné.

Como habitualmente, um encontro ministerial deverá preparar a reunião dos Chefes de Estado.



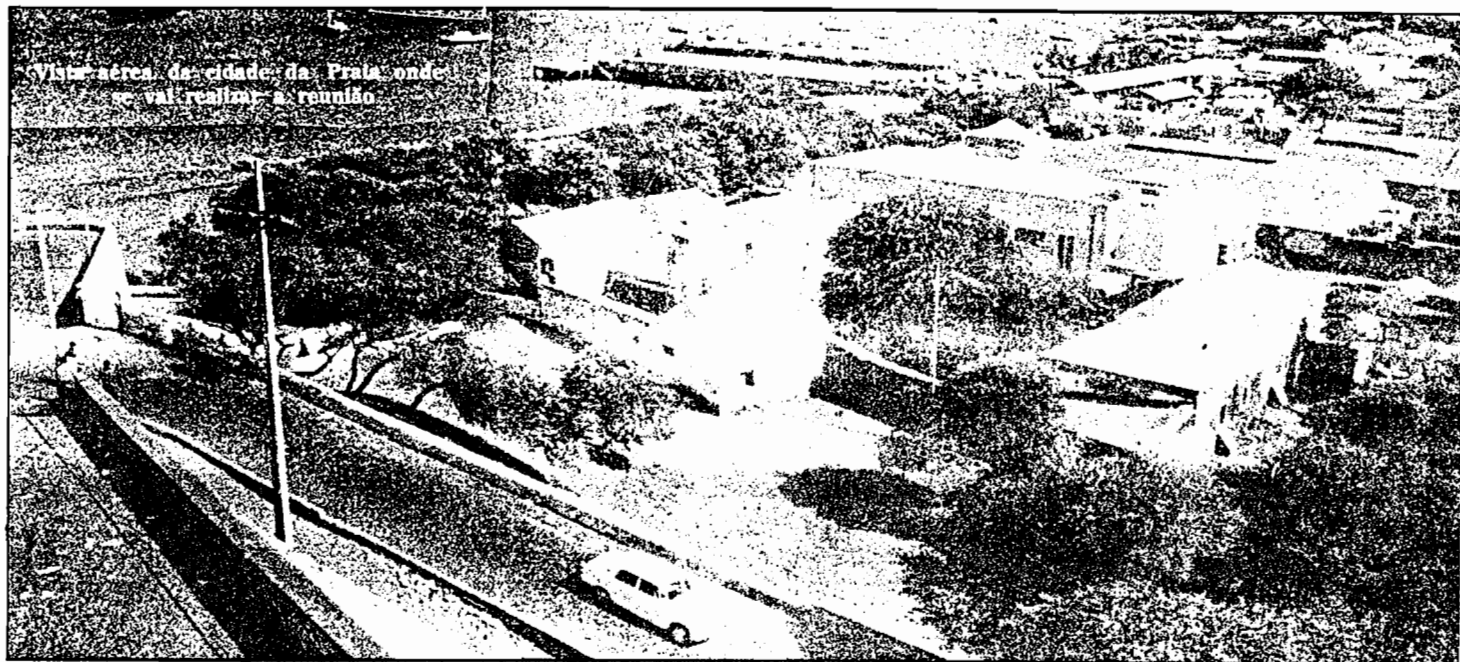
Em Maputo, foi assinado um Acordo Geral de cooperação económica

Em Cabo Verde — Mindelo —
lançaram-se as bases da cooperação.
Em Cabo Verde — Praia — 4 anos
depois, vai-se fazer o seu balanço.
Um balanço que poderá não ter

factores de grande espectaculari-
dade, que poderá mesmo parecer
lento, mas que um olhar mais de-
talhado mostrará que foi uma
cooperação que avançou à veloci-

dade do possível, com a segurança
necessária para que fique edifi-
cada em bases sólidas.

SOL CARVALHO



A reconciliação em Maputo criou as condições para que a caminhada dos «cinco» possa retomar o seu rumo normal